

André Machado Maya

# JUIZ DE GARANTIAS

Fundamentos, origem e análise da Lei 13.964/19



**tirant**  
lo blanch

2020



**Copyright©**

*Editor Responsável:* Aline Gostinski

*Capa e Diagramação:* Renata Milan

*Imagem da Capa:* Jason Leung

M42 Maya, André Machado

Juiz de garantias : fundamentos, origem e análise da lei 13.964/19  
/ André Machado Maya. – 1.ed. – São Paulo : Tirant lo Blanch, 2020.  
148 p.

ISBN: 978-85-9477-487-3

1. Regulamentação do juiz de garantias  
- Brasil. 2. Fundamentos. I. Título.

CDU: 343.1(81)

*É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.*

*A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§. Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).*

*Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.*



**tirant**  
loblanch

***Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.***

Avenida Nove de Julho nº 3228, sala 404, ed. First Office Flat

Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP

CEP: 01406-000

www.tirant.com/br - editora@tirant.com.br

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>Fábio Roque Sbardelotto</b>	
<b>PREFÁCIO</b> .....	<b>15</b>
<b>Fauzi Hassan Choukr</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
<b>1. FUNDAMENTOS</b> .....	<b>23</b>
1.1 A jurisdição como poder contramajoritário .....	24
1.2 O direito de ser julgado por um juiz imparcial. ....	29
1.3 A contaminação subjetiva do juiz prevento .....	33
<b>2. ORIGEM</b> .....	<b>49</b>
2.1 Precedentes supranacionais: os julgados do Tribunal Europeu de Direitos Humanos .....	49
2.2 As reformas processuais penais na Europa: os casos de Itália e Espanha. ....	63
2.3 As reformas processuais penais latino-americanas: o caso do Chile. ....	78
<b>3. ANÁLISE DA LEI 13.964/19</b> .....	<b>87</b>
3.1 A previsão do juiz de garantias no projeto legislativo de reforma global do Código de Processo Penal .....	87
3.2 A regulamentação do juiz de garantias na Lei 13.964/19 .....	90
3.2.1 Atribuições .....	92

3.2.2	Recebimento da denúncia ou queixa . . . . .	106
3.2.3	Delimitação de competência . . . . .	110
3.2.4	A regra de impedimento . . . . .	119
3.2.5	A hipótese legal de rodízio de magistrados. . . . .	121
3.2.6	A curadoria dos autos do Inquérito Policial . . . . .	124
3.2.7	Designação do juiz de garantias e a tutela da imagem dos presos . . . . .	125
<b>3.3</b>	<b>Direito Intertemporal . . . . .</b>	<b>126</b>
<b>3.4</b>	<b>As ADIs nº 6298, 6299 e 6300 e a evidente constitucionalidade do juiz de garantias. . . . .</b>	<b>130</b>
<b>3.5</b>	<b>A necessidade do juiz de garantias no processo penal brasileiro . . . . .</b>	<b>134</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS . . . . .</b>	<b>139</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. . . . .</b>	<b>143</b>